

Artigos

Ligia Maria Leão de Aquino¹

“Pelo direito de ser mãe e estudante”: Educação Infantil na pauta estudantil universitária²

Resumo: As unidades universitárias de educação infantil, as antigas “creches universitárias”, têm sua origem no movimento de mulheres trabalhadoras servidoras universitárias, nos anos de 1970-1980, no Brasil. Tal movimento estava inscrito no cenário de iniciativas sociais e políticas lideradas por mulheres trabalhadoras, feministas, e por sindicatos, que reivindicavam o atendimento à criança em creches e pré-escolas no período em que as mulheres cumpriam sua jornada de trabalho. A criação de instituições se associa a questões trabalhistas e demandas feministas, mas, ao incorporar a ideia de criança como sujeito de direito, define-se a educação infantil como equipamento educacional e um de seus direitos. No início do século XXI registra-se um novo embate, desta vez protagonizado por mulheres estudantes universitárias que têm reivindicado “creche” para seus filhos como direito de conciliar maternidade e vida acadêmica.

Palavras-chave: Unidade Universitária de Educação Infantil. Movimento estudantil. Feminismo. Creche Universitária.

“For the right to be mother and student”: Childhood Education in the student's movement agenda

Abstract: The Childhood Education University Units, formerly called “daycare centers”, have their origin in the women workers' university workers movement, in the 1970-1980s, in Brazil. This movement was part of the scenario of social and political initiatives led by women workers, feminists, and unions, who called for childcare in kindergartens and pre-schools during women's labor journey. Institution-building is associated with workers and feminist demands, but, by incorporating the idea of children as subjects of rights, child education is defined as an educational device and one of its rights. At the beginning of the 21st century there is a new clash, this time carried out by women university students who have claimed “daycare” for their children as a right to conciliate motherhood and academic life.

Keywords: Childhood Education University Unit. Student's movement. Feminism. University Nursery School.

¹Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Professora Associada da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da UERJ. Bolsista Prociência (UERJ/FAPERJ). E-mail: ligiaaquino@yahoo.com.br

²O texto foi produzido a partir de comunicação oral apresentada no Simpósio Temático 34: Feminismo em Estado de Alerta na Educação das Crianças Pequenas em Creches e Pré-escolas: deslocamentos, transformações e conexões emancipatórias para pedagogias descolonizadoras, realizado durante o Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 (FG): Transformações, Conexões, Deslocamentos e o 13º Congresso Mundos de Mulheres (MM) 30 de julho e 4 de agosto de 2017 em Florianópolis, SC, Brasil.

Introdução

Inicialmente apresento o contexto em que venho trabalhando e de onde partem as reflexões aqui apresentadas. Desde 2010, venho investigando a pequena infância e a educação infantil nas políticas e práticas contemporâneas, com o foco nas Unidades Universitárias de Educação Infantil (UUEI), originalmente denominadas de Creches Universitárias, visando compreender o seu funcionamento como espaço de produção de conhecimento e sua difusão via ensino, pesquisa e extensão. O interesse particular nessas unidades está na produção acadêmica que aborda a infância como objeto ou tema de estudo ou ação e tem como lócus de investigação as UUEI³.

Ao se reconhecer as UUEI's como espaços de produção de conhecimento via ensino, pesquisa e extensão, tenho investigado em meu grupo de pesquisa como estas unidades têm se constituído como um lugar da infância. Nesse sentido, indaga-se sobre as concepções de infância e o reconhecimento da infância e crianças em sua diversidade, a partir dos Estudos Sociais da Infância, que “propõem a desconstrução da obviedade e legitimidade presentes no paradigma tradicional da infância como fase ‘natural e universal’ da vida e das crianças como objetos passivos de socialização numa ordem social adulta.” (MARCHI, 2009). Outro aspecto central nos estudos do grupo de pesquisa é o de entendimento da criança como sujeito social e histórico, e o conceito de infância como construção social, ambos intrinsecamente vinculados à família e à mulher, em sua também condição de sujeito social e histórico, a quem tem sido delegado como natural a responsabilidade pelas atividades de cuidado e educação – dentre estas as destinadas às crianças.

Unidade Universitária de Educação infantil: benefício trabalhista e direito das crianças

Sem a intenção de me alongar na revisão da trajetória histórica da criação das creches, ou como se denomina hoje – unidade de educação infantil, destaco aqui a década de 1970 como um marco no processo brasileiro, quando iniciativas sociais e políticas lideradas pelas mulheres trabalhadoras, feministas, e por sindicatos, reivindicavam o atendimento à criança em creches e pré-escolas no período em que as mulheres cumpriam sua jornada de trabalho. Nesse momento de luta em que a creche representou forte apelo nas reivindicações por direito das mulheres trabalhadoras eram evocados dispositivos legais que tratavam do assunto e que se circunscreviam à esfera trabalhista, mais especificamente, ao decreto federal de 1943, que aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Tal legislação determinou, pelo menos

³As pesquisas vêm sendo produzidas pelo Grupo Infância e Saber Docente (GPISD), por mim coordenado e que funciona vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PROPEd) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/Campus Maracanã).

no aspecto formal, a criação de “local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os filhos em período de amamentação”, ou de se firmar convênio com creche, ou ainda, se fazia a recomendação de se criar “escolas maternais e jardins de infância por entidades públicas [...] destinados especialmente aos filhos das mulheres empregadas” (CAMPOS, ROSEMBERG e FERREIRA, 1993: 62). Entretanto, essas ações pouco se efetivaram como se evidenciou em avaliações realizadas “principalmente a partir dos anos 70, quando se iniciaram as mobilizações das mulheres em torno de seus direitos”, o desrespeito à legislação se deu tanto pela ineficiência de fiscalização como pelo baixo valor da multa prevista para as empresas infratoras (idem, p. 62).

Nas décadas de 1970 e 1980, período do surgimento das chamadas creches universitárias - unidades universitárias de educação infantil (UUEI), se observa uma expansão de oferta de vagas para educação pré-escolar, através do Estado, seja por pressão advinda do aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho formal e da mobilização dos movimentos de mulheres, mas também pelo projeto de desenvolvimento socioeconômico do Regime Militar (1964-1985) que insere a creche e, especialmente, a pré-escola, como estratégias para melhoria da escolaridade obrigatória e de controle das populações mais pobres. Através do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), programa do Ministério da Educação, e da Legião Brasileira de Assistência (LBA), entidade vinculada à esfera da assistência, o governo federal investiu numa política de massa de caráter compensatório e a baixo custo, recorrendo à estratégia de convênio com entidades filantrópicas e comunitárias para ampliar o atendimento a crianças em idade pré-escolar (ROSEMBERG, 1992). Nesse processo, participaram agências internacionais, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), exercendo grande influência nas propostas elaboradas pelo Ministério da Educação e governos regionais, contribuindo para o fortalecimento do “modelo de uma pré-escola brasileira de massa desempenhando também função de assistência”. Este modelo, ao qual se refere Rosemberg (1992) como “contaminação assistencialista da pré-escola”, sofreu críticas e resistências das esferas municipais e estaduais, principalmente nos meados dos anos de 1980, até porque em tais esferas, como também nos movimentos sociais, defendia-se uma educação infantil pública que “desempenhasse a função educativa”.

Ao reconstituir esse processo de contaminação, para melhor entender esse nível educacional (educação infantil), é possível perceber que os movimentos não foram sincrônicos e não envolveram os mesmos protagonistas sociais. A contaminação da pré-escola dá-se a partir dos anos 60, inspirada em propostas de agências internacionais (UNICEF e UNESCO) e assumida pela administração educacional federal. A contaminação da creche ocorre a partir da segunda metade dos anos 70, assumida pelos movimentos populares e por técnicos da administração local. Assim, a ideia de uma pré-escola de massa e assistencialista, que ganhou rapidamente a adesão da instância federal, sofreu resistência das instâncias estaduais e municipais, não tendo conseguido, por esta razão, alterar essencialmente o perfil das redes de pré-escola implantadas no país. Por outro lado, a ideia de uma creche mantida pelo Estado que desempenhasse função educativa, surgindo do movimento social e de técnicos municipais, não conseguiu influenciar instâncias federais, mas acabou sendo implantada por algumas prefeituras (ROSEMBERG, 1992, p. 22).

O direito à creche no local de trabalho, nesse contexto, passou a fazer parte, também, das reivindicações das comunidades universitárias, que similar à organização de empregados de outras empresas públicas e privadas, buscaram levantar dados sobre as respectivas necessidades, elaborar projetos, avaliar custos e conseguir a instalação de creches. No ano de 1972 foi criada a primeira unidade universitária federal de educação infantil na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, porém só na década de 1980 o número de creches universitárias teve aumento significativo, quando por meio do Decreto nº 93.408 de 10 de outubro de 1986, os funcionários, homens e mulheres, passam a ter direito à creche no local de trabalho. Paulatinamente, foram sendo criadas creches nas universidades federais, alcançando o total de 26 creches instaladas em 19 de 52 Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), além de algumas estaduais.

A criação de tais unidades se dá fortemente marcada pelo caráter de prestação de serviço, como evidente no decreto federal de 1986 e pelo decreto estadual de São Paulo, de 1982, que tinha como objetivo criar centros de convivência infantil para filhos de servidoras públicas. O decreto federal concedeu a condição legal para as Instituições Federais Ensino Superior (IFES) criarem unidades de Educação Infantil. Entretanto, essa conquista foi, de certa forma, contida pelo Decreto federal nº 977, de 10.11.1993, que além de instituir o auxílio pré-escolar – assistência financeira recebida mensalmente, visando substituir a creche no local de trabalho, proibiu a criação de novas unidades a partir da data de sua publicação (RAUPP, 2004).

O pioneiro estudo de Raupp (2004) sobre unidades de educação infantil em universidades federais do país apontou que as mais de vinte Unidades Universitárias Federais de Educação Infantil (UUF EI) instaladas nas universidades brasileiras se organizaram a partir das demandas trabalhistas, isto é, a partir da luta pelo direito a espaços de educação e cuidado para trabalhadoras e trabalhadores, nesse caso das instituições de ensino superior. Outra referência importante para compreensão da constituição das UUEI é o estudo de Palmen (2005), o qual evidencia que a criação dessas unidades também teve sua motivação nas lutas pela emancipação da mulher, nos movimentos feministas e pelo direito à creche no local de trabalho. O processo de criação dessas UUF EI's se fez por iniciativas e condições locais produzindo uma grande diversidade nas formas de vinculação administrativa das UUEI à estrutura das universidades, além dos diferentes mecanismos de manutenção, financiamento, composição e formação de quadros de pessoal (BARROS, 2015). No processo histórico de existência dessas unidades, se observa que passam a englobar em suas propostas as funções da universidade, abrindo esse espaço para estágios, pesquisas e projetos de extensão em múltiplas áreas do conhecimento (BARROS, 2015).

A ampliação do número de unidades, mesmo tendo como principal motivação o caráter de assistência ao trabalhador e trabalhadora, também foi influenciada pelos avanços da educação infantil e do crescimento da área como campo de pesquisa, que, a partir dos meados da década de 1980, “[...] passa por significativas transformações, principalmente a partir da Constituição Federal de 1988, quando a creche passa a ser reivindicada também como um direito das crianças [...]” (RAUPP, 2004, p. 203).

Por conta de questões diversas e adversas, as equipes das unidades universitárias federais de educação infantil se mobilizaram e criaram, em 2002, a Associação Nacional das Unidades Universitárias Federais de Educação Infantil (ANUUFEI), entidade que congrega tais unidades e as representa no contexto nacional, tendo por finalidade incentivar a participação das unidades de educação infantil nas políticas de ensino, pesquisa e extensão das Unidades Federais de Ensino Superior (UFES), a integração das unidades de educação infantil das UFES, sua valorização, sua defesa e a representação do conjunto de seus filiados, judicial e extrajudicialmente.

No contexto da integração da Educação Infantil ao sistema educacional, as unidades de Educação Infantil ligadas aos órgãos da Administração Pública Federal encontram-se em situação por vezes indefinida e, em geral, carecem de melhores condições institucionais de funcionamento (CNE/CEB nº 17/2010). Conforme mapeado e divulgado pela ANUUFEI, há uma grande diversidade dos modos de vinculação administrativa das UEIU à estrutura das instituições, além das diferentes formas de manutenção, financiamento, composição e formação de quadros de pessoal (BARROS, 2015). Com isto, constata-se diversas situações, como por exemplo, a variedade quanto ao vínculo institucional (Centros, Pró-Reitorias, Colégio Universitários, Coordenadorias, Departamentos, entre outras) e também em relação a carreira docente (ausência de quadro para carreira docente, quadros com professores efetivos, quadros com professores de Educação Básica), entre outras.

Por essa e outras demandas específicas das unidades educacionais, a ANUUFEI encaminhou consulta à Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE) solicitando esclarecimento e orientação quanto à regulamentação de normas de funcionamento dessas unidades de educação infantil. Em resposta, para adequar o funcionamento dos estabelecimentos de ensino ligados a órgãos da Administração Pública Federal às legislações do país, o CNE publicou a Resolução Nº 1 de 10 de março de 2011 (BRASIL, 2011), com dez artigos que fixam normas de funcionamento das unidades de educação infantil ligadas à Administração Pública Federal direta, suas autarquias e fundações, estabelecendo condição para seu reconhecimento, manutenção e financiamento, uma vez que são unidades vinculadas à Federação.

Na referida resolução, no que diz respeito aos desafios que essas unidades devem enfrentar, identifica-se como avanço a determinação de ingresso dos profissionais da educação exclusivamente por meio de concurso público de provas e títulos, o que possibilita a estruturação e organização de equipe especializada, superando os problemas de rotatividade de funcionários provenientes em grande parte do caráter precário de sua contratação (estagiários, contratos temporários, desvios de função, entre outros). Além disso, na resolução exige-se que haja condições físicas e administrativas para seu funcionamento, de acordo com as normas legais já existentes. E o ponto talvez mais polêmico é o que determina o acesso universal a todas as crianças, através de sorteio, sem destinação de vagas exclusivas para funcionários e estudantes do ensino superior. Essa última medida significou uma ruptura com o perfil de atendimento dessas unidades, em parte uma marca de sua identidade, visto que inicialmente esses estabelecimentos foram criados como conquistas da comunidade universitária para atender aos filhos e às filhas de

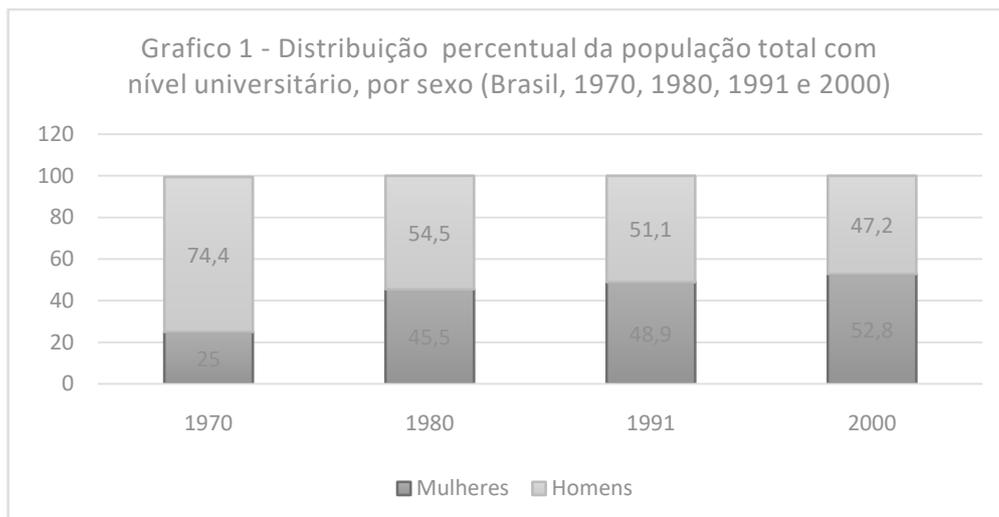
funcionários, como um direito trabalhista. Só posteriormente, passaram a atender às crianças filhas de estudantes dos cursos de graduação e pós-graduação. As ações dessa ordem, de atendimento à chamada comunidade interna, estão associadas ao que se estabelece como função sociopolítica e pedagógica da Educação Infantil, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2009, p.5), “creches e pré-escolas constituem-se em estratégia de promoção de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, uma vez que permitem às mulheres sua realização para além do contexto doméstico”, dentre outras, como reproduzido abaixo.

“Cumprir tal função [sociopolítica] significa, em primeiro lugar, que o Estado necessita assumir sua responsabilidade na educação coletiva das crianças, complementando a ação das famílias. Em segundo lugar, *creches e pré-escolas constituem-se em estratégia de promoção de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, uma vez que permitem às mulheres sua realização para além do contexto doméstico* [Grifo nosso]. Em terceiro lugar, cumprir função sociopolítica e pedagógica das creches e pré-escolas implica assumir a responsabilidade de torná-las espaços privilegiados de convivência, de construção de identidades coletivas e de ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas, por meio de práticas que atuam como recursos de promoção da equidade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância. Em quarto lugar, cumprir função sociopolítica e pedagógica requer oferecer as melhores condições e recursos construídos historicamente e culturalmente para que as crianças usufruam de seus direitos civis, humanos e sociais e possam se manifestar e ver essas manifestações acolhidas, na condição de sujeito de direitos e de desejos. Significa, finalmente, considerar as creches e pré-escolas na produção de novas formas de sociabilidade e de subjetividades comprometidas com a democracia e a cidadania, com a dignidade da pessoa humana, com o reconhecimento da necessidade de defesa do meio ambiente e com o rompimento de relações de dominação étnica, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa que ainda marcam nossa sociedade.” (BRASIL, 2009a, pp. 5-6).

A presença das mulheres na Universidade: movimento estudantil e feminismo

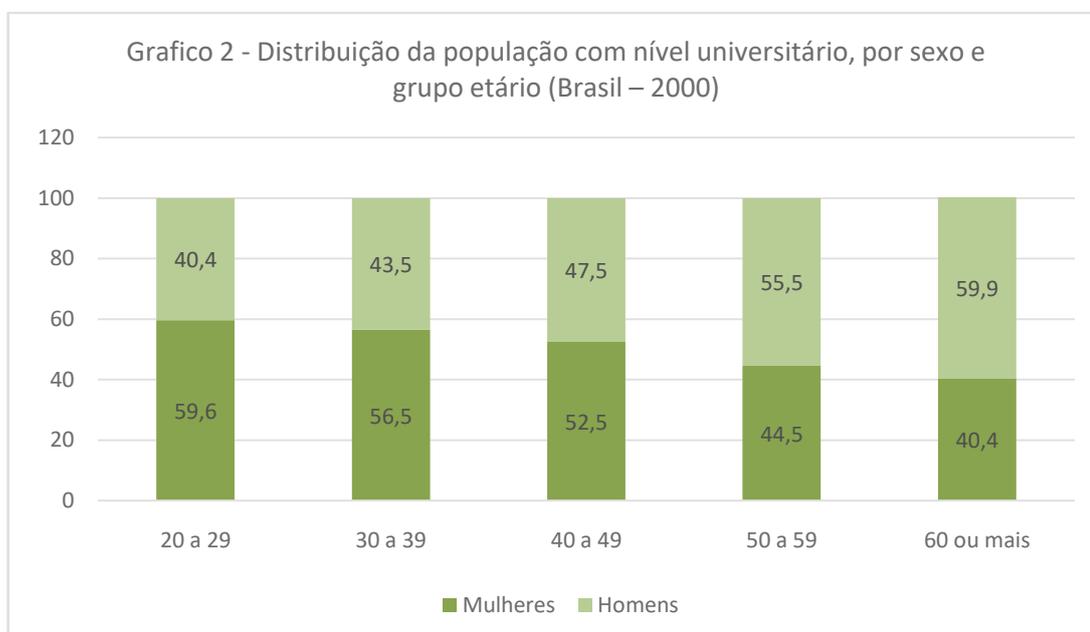
O primeiro aspecto a observar sobre as mulheres na sociedade brasileira é de que compõem a maioria da população, “passaram a viver mais, têm tido menos filhos, ocupam cada vez mais espaço no mercado de trabalho e, atualmente, são responsáveis pelo sustento de 37,3% das famílias.” (PORTAL BRASIL, 2017, s/p). Quanto à escolaridade, as mulheres têm ampliado os anos de estudo e ocupado cada vez mais os cursos universitários.

A tradição da universidade como um espaço masculino foi marcadamente rompida na década de 1970, quando a entrada feminina nesse reduto foi tão intensa que, já no Censo Demográfico de 1980, as mulheres de 25-29 anos com nível universitário eram 5% – porcentagem superior à masculina no mesmo grupo etário. A análise da trajetória desse grupo levanta importantes aspectos. Enquanto os homens expressam, no contingente universitário, um aumento de peso relativo semelhante ao dos outros estratos de escolaridade, o aumento de peso relativo, *no caso das mulheres, é muito mais expressivo, chegando a quase triplicar nos últimos trinta anos.* [Grifo nosso]. O Gráfico 3 [abaixo Gráfico 1] ilustra a rapidez com que, de minoria (em 1970), as mulheres passam, apesar do peso das coortes mais antigas, a maioria (em 2000) do contingente com nível superior no Brasil. (GUEDES, 2008, p. 124).



Fonte: Elaborado a partir de Gráfico 3 de Guedes (2008).

O estudo de Guedes (*idem*) também vai observar que a análise por corte etário e sexo evidencia outro aspecto que interessa ao presente estudo, como a “sólida entrada de mulheres jovens [já na década de 1970], que acabaram de concluir o segundo grau, nas universidades em maior percentual que homens se consolidou nesses últimos trinta anos [1970-2000] e não parou de crescer.” (p.124). A diferença entre homens e mulheres em cada geração no ano 2000 é exposta no gráfico abaixo, produzido por Guedes (*idem*).



Fonte: Elaborado a partir de Gráfico 4 de Guedes (2008).

Relacionando as informações dos gráficos 1 e 2, observa-se que o aumento da presença feminina na universidade no ano de 2000, se constituindo em mais da metade do corpo discente, se deu pelo

aumento das mulheres mais jovens, especialmente nos dois primeiros coortes (20 a 29 e 30 a 39), que são mulheres em idade reprodutiva. A constatação desse dado evidencia não só a maior presença de mulheres nas instituições de ensino superior (IES), mas também o fato de que são mulheres potencialmente na condição de maternidade e de demanda por equipamentos de educação infantil. Demandas estudantis dessa ordem no cenário universitário se dão num contexto em que, se há grande avanço no número de mulheres universitárias, isso não significa equidade de gênero, “uma vez que a tendência de maior peso feminino nas carreiras de menor prestígio e mais mal remuneradas se acentua ao longo do período.” (GUEDES, 2008, p. 125), embora, mais recentemente isso venha se modificando ainda que de modo lento. Tal modificação possivelmente esteja associada ao fato de que a construção das identidades femininas também está em mudança. Guedes (2008) afirma que se gerações anteriores, “profundamente marcadas por um sistema patriarcado”, tinham o papel de mãe e esposa como identidade social, mas “a geração recém-formada captada no Censo 2000 já vivencia uma realidade em que a participação feminina no mercado de trabalho e o sucesso profissional são encarados como atributos desejáveis e legitimados socialmente.” (GUEDES, 2008, p. 129).

O contexto social em que ocorre a expansão do ensino superior é marcado pela abertura do regime político ditatorial, pela liberalização sexual e pela quebra de antigos ‘tabus’. O movimento feminista começa a ressurgir no Brasil e a entrada das mulheres no mercado de trabalho aparece também nas classes mais altas, nas quais tradicionalmente o papel desempenhado pelo contingente feminino estava ligado ao espaço doméstico e aos afazeres do lar. Essas mudanças são de suma importância para o espaço ocupado pelas mulheres no processo de escolarização da população brasileira. (GUEDES, 2008, p. 121).

Entendendo, entretanto, que esse movimento se faz num cenário ainda marcado por desigualdades e subjugação, onde a “presença majoritária de mulheres em certas áreas profissionais reflete o padrão sexista da divisão do trabalho na sociedade, cabendo às mulheres as ocupações relacionadas ao mundo privado e aos cuidados.” (BRASIL, 2008, p. 55), sendo destinado às mulheres carreiras de pouco prestígio, exigindo um grande esforço para romper tais barreiras. Para a afirmação dessas “novas” identidades femininas que visam a formação acadêmica e o sucesso profissional, se impõe a necessidade de políticas específicas para as mulheres, como tem se discutido e produzido no interior do movimento feminista brasileiro. Costa (2005), ao analisar a dinâmica de intervenção política pelo movimento feminista no Brasil, afirma que este “extrapolou os limites do seu status e do próprio conceito”, indo “além da demanda e da pressão política na defesa de seus interesses específicos.” (COSTA, 2005, p.13).

[O movimento feminista] Entrou no Estado, interagiu com ele e ao mesmo tempo conseguiu permanecer como movimento autônomo. Através dos espaços aí conquistados (conselhos, secretarias, coordenadorias, ministérios etc.) elaborou e executou políticas. No espaço do movimento, reivindica, propõe, pressiona, monitora a atuação do Estado, não só com vistas a garantir o atendimento de suas demandas, mas acompanhar a forma como estão sendo atendidas.” (idem, ibidem, p.13-14).

Nesse contexto de mudança dos espaços ocupados pela mulher na sociedade brasileira se produziu o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, formulado sob a coordenação da Secretaria

Especial de Políticas para as Mulheres, em 2004. Esse documento traz um indicativo da relação entre a oferta de educação infantil e equidade de gênero, como expresso abaixo:

A política para inclusão educacional deve garantir a educação pública a todas as crianças de zero a seis anos, para que mães e pais de crianças pequenas tenham maiores possibilidades de inserção igualitária no mercado de trabalho. O tipo, frequência e a qualidade da ocupação feminina estão vinculados tanto à sua posição na família (chefe ou cônjuge) quanto ao número e idade dos filhos. As mulheres com filhos em idade pré-escolar participam menos do mercado de trabalho e ocupam os piores postos de trabalho, principalmente quando são chefes de família. Este grupo, no Brasil, está super-representado, por exemplo, entre as empregadas domésticas. (BRASIL, 2004, p. 53).

A relação entre oferta de Educação Infantil e inserção feminina no mercado de trabalho permanece como preocupação no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2008), que “incorpora as ações relacionadas à ampliação das vagas em creches e pré-escolas neste capítulo que trata da autonomia econômica e da igualdade no mundo do trabalho”, por considerar como uma importante política “para ampliar a autonomia econômica das mulheres e criar condições que permitam sua entrada no mercado formal de trabalho.” (BRASIL, 2008, p. 37). Os dois Planos (2004 e 2008) traçam diagnósticos e estabelecem diversas metas visando a promoção da igualdade de gênero e da autonomia das mulheres, abordando vários aspectos da vida das mulheres brasileiras, mas a oferta de creches e pré-escolas só aparece como estratégia relacionada à atividade econômica ou seu papel para a “(des)construção de estereótipos de gênero e raça/etnia[...] [e] promoção de uma educação inclusiva e não sexista.” (idem, ibidem, p. 38). A liberação parcial da mulher de suas tarefas de mãe, com o compartilhamento da educação e cuidado com a creche e a pré-escola, também deve ser considerada para o exercício político, social e cultural. Esse é um ponto que tem estado presente nas pautas dos movimentos estudantis feministas, com a reivindicação de “creche universitária”.



Foto 1: Estudantes demandam criação de creche e fraldário na Ufam⁴

As UUEIs e o movimento estudantil e feminista

Na última década, tem se observado a presença de demanda por “creche” nas universidades para os filhos de estudantes, especialmente das estudantes dos cursos de graduação (mas não exclusivamente).

⁴ Publicado na página da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas – ADUA, 23/03/2016. Disponível em <http://www.adua.org.br/noticias.php?cod=2804>. Acesso em 30/06/2017.

A demanda por “creche universitária” tem estado nas pautas de reivindicação do movimento estudantil, presente em materiais e documentos distribuídos pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e outras entidades. A “creche universitária” se constitui parte das demandas de assistência estudantil para garantia de permanência aos estudantes, como consta na página virtual da UNE:

“[...] o debate sobre assistência estudantil e creche universitária é de extrema relevância. A luta pela construção de creches nas universidades não é recente, e teve início na década de 1970, incentivada pelos movimentos sociais, principalmente o feminista e o sindical. Hoje, o debate é fortalecido pelo movimento estudantil através da defesa de políticas públicas específicas que possibilitem a permanência das mães estudantes.” (<http://www.une.org.br/2011/10/no-dia-das-criancas-une-lancacampanha-para-maes-estudantes/>).

A presença do tema no movimento estudantil nacional se observa na frequência do tema no site da UNE, com inúmeras notícias, como a que tem como título “Precisamos falar sobre as mães estudantes”. Essa matéria traz um depoimento de uma estudante mãe da UFRGS, no qual expressa sua demanda por “vagas em creches públicas pra todas, queremos que a instituição de ensino ofereça espaço para deixarmos nossas crianças, queremos estar inseridas na universidade e no mercado de trabalho sem sermos inutilizadas para além do espaço doméstico depois que nos tornamos mães” (UNE, 2016). A manifestação estudantil por “creche universitária” está presente em diversas universidades e regiões do país, como na UFAM, no Amazonas (foto 1) ou no Rio Grande do Sul (Imagem 1).



Imagem 1: Post em twitter #crecheuniversitariajá. Em maio de 2016.⁵

⁵ Disponível em <https://twitter.com/hashtag/crecheuniversitariaja?img=images&vertical=default>. Acesso em 18/06/2017.

No caso do estado do Rio de Janeiro, que há seis universidades públicas, sendo quatro federais e duas estaduais – Unirio, UFF, UFRJ, UFRRJ, UENF e UERJ⁶ –, apenas duas destas têm unidade universitária de educação infantil, a UFRJ e a UFF. Vale observar que a UFRRJ e a UERJ têm colégios de Educação Básica⁷ mas não atuam no segmento da Educação Infantil. As duas UUEI existentes têm trajetórias distintas com relação a essa demanda. A Universidade Federal Fluminense (UFF), desde sua criação, em 1997, reservava um percentual de vagas para os filhos de estudantes (de graduação e pós-graduação, independente de gênero), já a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com uma unidade com mais de 30 anos de funcionamento, só teve percentual de vaga destinado a filhos de estudantes no ano de 2013, em atendimento a um dos pontos de pauta de uma greve estudantil em 2012. Entretanto, no ano de 2014 o ingresso na unidade passou a se definir por sorteio público e aberto a todos, independente de vínculo com a universidade, conforme determinou a Resolução nº 1/2011 do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2011). No mesmo período a unidade da UFF também adotou o mesmo sistema, não havendo mais reserva de vagas para segmentos específicos.

Em relação às universidades estaduais do Rio de Janeiro, apesar de contar com três universidades estaduais, nenhuma dispõe de UUEI, como ocorre nas universidades paulistas, as quais atualmente vivem uma grave crise institucional da política do governo do Estado com suas universidades, o que tem levado à precarização de seu funcionamento e ameaça de fechamento (CORREIA e PIOTTO, 2016; MENEZES, 2015).

Nos últimos anos, tem-se registrado mobilização do movimento estudantil na UERJ, particularmente de mulheres reivindicando “creche” na universidade, demanda intensificada desde 2014 e expressa em cartazes, atos, redes sociais virtuais e documentos escritos.

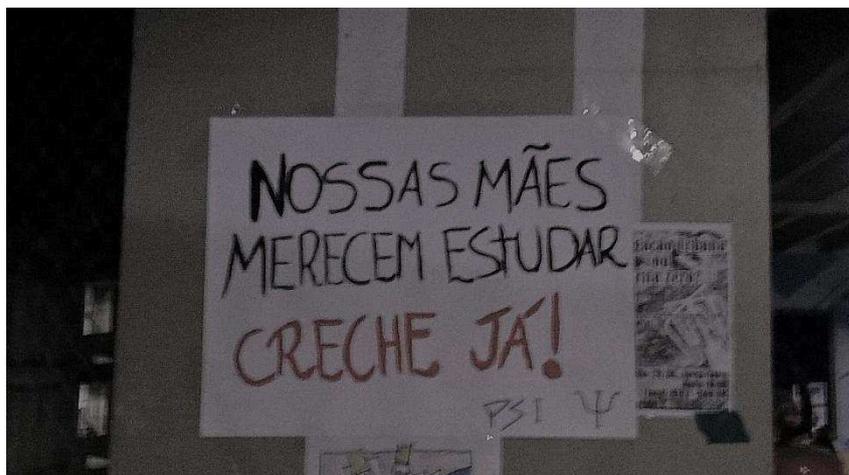


Foto 2: Cartaz do Movimento Estudantil por Creche. UERJ/Maracanã. Maio/2015.

Foto da autora.

No ano de 2014 foi criada uma comunidade no Facebook denominada Creche Universitária da UERJ, com o objetivo de mobilizar para a luta por criação de uma UUEI, divulgando notícias e convocando para debates.

⁶ Registra-se que o estado ainda conta com o Centro Universitário Estadual da Zona Oeste (UEZO), criada em 2005.

⁷ São eles o Colégio Técnico da UFRRJ e o Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, conhecido como CAP-UERJ.



Imagem 2: Logo de Identificação de Comunidade no Facebook.⁸

A demanda por uma UUEI ganhou espaço também nas pautas de reivindicação do movimento estudantil deflagrado no ano de 2015, quando acabou ocorrendo uma ocupação da Universidade pelos estudantes, combatendo a precarização do funcionamento e as políticas destinadas a grandes eventos como a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016).



Foto 3: Mural do Movimento Estudantil de Ocupação da UERJ/Maracanã. 2015.

Foto da autora.

No período de agosto de 2015 até março de 2016, um grupo de trabalho (GT) foi instituído a partir de uma determinação da Reitoria para que a Faculdade de Educação coordenasse “o desenvolvimento um projeto de creche a ser implantada na Universidade”. Esse GT elaborou um relatório entregue à Reitoria, com estudo preliminar sobre princípios e normas para o processo de formulação efetiva de um projeto de unidade de educação infantil universitária. Importa registrar que a determinação

⁸Disponível em <https://www.facebook.com/crecheuerj/>. Acesso em 18/06/2017.

da Reitoria foi uma resposta a um dos pontos de pauta estudantil após um longo movimento de ocupação da universidade pelos estudantes como forma de pressão para melhoria das condições de funcionamento da universidade e de permanência estudantil. A entrega do relatório ocorreu justamente quando se dava a mudança da reitoria, com a eleição de novo reitor. O ano de 2016 foi de aprofundamento da crise política e econômica do estado e do país, com a deposição da presidenta da República, processos judiciais contra o ex-governador e deputados do estado, além de ser um ano de disputa eleitoral para prefeituras municipais, crise essa que se estendeu pelo ano de 2017, o que acabou por ofuscar a proposição de criação de UUEI. No momento, o movimento estudantil está voltado para a garantia de manutenção e funcionamento da universidade, do pagamento de bolsas acadêmicas e de apoio permanência e do funcionamento do restaurante universitário; o tema “creche universitária” sumiu das pautas de reivindicação.

Considerações finais

As questões apresentadas nesse artigo são as primeiras aproximações sobre a abordagem da UUEI pelo movimento estudantil. O estudo exploratório do material disponível em redes sociais virtuais e presentes no cotidiano da Universidade evidenciam uma tensão que envolve o direito das mulheres que são mães estudantes, o direito das crianças à educação e a função da Educação Infantil, em especial, da Educação Infantil Universitária. O cenário aqui exposto nos provoca algumas indagações sobre que fatores têm implicado na produção de ações coordenadas e manifestação expressa da demanda por “creche” nas universidades. Essa demanda se intensifica justamente num momento em que o debate nacional sobre os direitos das crianças à Educação Infantil levou a determinação de facultar a todas as crianças a possibilidade de concorrer a uma vaga nas UUEI federais, através de sorteio público, independente de sua família integrar a comunidade interna da universidade. Essa medida descaracteriza as UUEI como uma das ações previstas no Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, conforme dispõe o Decreto Federal nº 7234 (Brasil, 2010). A oferta de creche é definida como uma das dez ações que tem por objetivo “viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.”, como expresso no parágrafo único do artigo 4º do referido Decreto.

O contexto de mudança do perfil das mulheres jovens na sociedade brasileira, bem como do movimento feminista e suas demandas cobram da universidade sua responsabilidade no sentido de colaborar no combate às desigualdades de gênero. O documento convocatório para o “III Seminário de Assistência Estudantil da UNE: Entrar, permanecer e transformar a Universidade!”, em 2014, afirma que a universidade “[...] só será popular e transformadora, quando criarmos as condições necessárias para a permanência desse novo perfil de estudante, dando as condições para que sejam protagonistas dessas transformações.” (s/d). Quanto ao “novo perfil de estudante” é indicado no texto como composto por negros e negras, sujeitos LGBTs, pessoas com deficiência e as “mulheres, hoje maioria nas universidades,

são também maioria nos índices de evasão – isto porque precisam trabalhar para estudar e acumulam jornadas de trabalho” (idem), sendo esse último grupo um dos cinco eixos de discussão do seminário – Mulheres Estudantes.

Por fim, ficam evidentes os desafios para os grupos de pesquisas sobre educação infantil, movimento estudantil e feminismo, de modo que subsidiem a formulação de políticas públicas para a infância e para as mulheres estudantes universitárias.

Referências

BARROS, Josiane F. **Formação Docente Continuada em Unidade Universitária Federal de Educação Infantil: concepções, desafios e potencialidades na UUFEEI - Creche UFF**. Tese. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

BRASIL. Palácio do Planalto. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004. 104 p.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008. 236 p. Disponível em http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/politicas-publicas/pnpm/comite-de-monitoramento-do-ii-pnpm/Livro_II_PNPM_completo08.10.08.pdf. Acesso em 22/06/2017.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 05**, de 17 de dezembro de 2009. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/cne/pdf/>. Acesso em 18/03/2017.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 7.234**, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em 25/11/2017.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. **Resolução nº 1 CNE/CEB de 10 de março de 2011**. Fixa normas de funcionamento das unidades de Educação Infantil ligadas à Administração Pública Federal direta, suas autarquias e fundações. CNE, Brasília, 2011.

CAMPOS, Maria Malta, ROSEMBERG, Fúlvia, FERREIRA, Isabel M. **Creches e pré-escolas no Brasil**. São Paulo: Cortez, Fundação Carlos Chagas, 1993.

CORREA, Bianca; PIOTTO, Débora. **Creches da USP: 30 anos de Educação Infantil, ensino, pesquisa e extensão em risco!** Relato. 08/11/2016. Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação – ANPED. Disponível em <http://www.anped.org.br/news/creches-universitarias-relato-de-bianca-cristina-usp-e-debora-piotto-usp>. Acesso em 30/06/2017.

COSTA, Ana Alice Alcantara. O Movimento Feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero, Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social/UFF**, vol.5 n°. 2, 2005. Disponível em <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/viewFile/380/285>. Acesso em 23/06/2017.

GUEDES, Moema de Castro. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a idéia da universidade como espaço masculino. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos [Online]**. Rio de Janeiro, v.15, suplemento, p.117-132, jun. 2008. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702008000500006>. Acesso em 18/03/2017.

MARCHI, Rita de Cássia. As teorias da socialização e o novo paradigma para os estudos sociais da infância. In **Educação e Realidade**. 34 (1), 2009. pp. 227-246. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/8467/5213>. Acesso em 2/4/2015.

MENEZES, Flávia Maria. **Onde estão as crianças da Carochinha?** Uma investigação na relação pesquisador/criança na produção de conhecimento de uma creche universitária. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

PALMEN, Sueli H. C. **A implementação de creches nas universidades públicas estaduais paulistas: USP, UNICAMP, UNESP**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, UNICAMP. Campinas/SP, 2005.

_____. A constituição das creches nas universidades públicas estaduais paulistas e os direitos sociais da mulher e da criança pequena. **Pro-Posições**, vol. 18, n. 3(54) – set/dez, 2007.

PORTAL BRASIL. **Mulheres são maioria da população e ocupam mais espaço no mercado de trabalho**. Cidadania e Justiça. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/03/mulheres-sao-maioria-da-populacao-e-ocupam-mais-espaco-no-mercado-de-trabalho>.

Acesso em 23/06/2017.

RAUPP, M. D. Creches Universitárias Federais: questões, dilemas e perspectivas. **Educação e Sociedade**. vol. 25, n. 86, p. 197-217, Campinas: Cedes, abril 2004. Disponível em www.cedes.unicamp.br. Acesso em 2/09/2013.

ROSEMBERG, Fúlvia. A educação pré-escolar brasileira durante os governos militares. **Cadernos de Pesquisa**. n. 82. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, ago. 1992. p. 21-30.

_____. Expansão da educação infantil e processos de exclusão. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 107, p. 7-40, jul., 1999.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES/UNE. **III Seminário de Assistência Estudantil da UNE**: “Entrar, permanecer e transformar a Universidade!”. Mimeo. s/d.

_____. **Precisamos falar sobre as mães estudantes**. Últimas Notícias. 05/04/2016. Disponível em <http://www.une.org.br/noticias/precisamos-falar-sobre-as-maes-estudantes/>. Acesso em 08/06/2017.

Recebido em: 24/02/2018
Aprovado em: 05/04/2018